

## V-024 - INDICADOR ECONÔMICO-FINANCEIRO PARA AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE REVISÃO TARIFÁRIA EM CONCESSÕES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS CATARINENSES

### **Daniel Antonio Narzetti<sup>(1)</sup>**

Economista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Tecnólogo em Sistemas Eletrônicos pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IF-SC). Consultor Econômico na Facilita Assessoria Econômica e Projetos, com ênfase no estudo de sistemas financeiros, gestão de informações empresariais, viabilidade econômica de projetos, inovação e popularização de tecnologias; sistema financeiro habitacional; saúde; saneamento; terceiro setor; mobilidade; estatística, big data e programação econômica.

### **Ciro Loureiro Rocha<sup>(2)</sup>**

Engenheiro Civil e Sanitarista pela Escola de Engenharia da Universidade Federal (RS), Especialização em Hidrologia Aplicada (IPH/UFRGS) e Mestre em Engenharia Ambiental (UFSC). Estágios no USGS (USA), na França, na Inglaterra, na Alemanha. Vários cargos na administração pública e empresas de economia mista, na área de ensino, na iniciativa privada, destacando-se as funções na UFSC, SDS/SC, DNAEE/MME; Diretor da ELETROSUL; Diretor da ABRH e Consultor; Coordenador de Normatização da ARIS.

### **Ricardo Martins<sup>(3)</sup>**

Engenheiro Sanitarista-Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina. Diretor de Regulação da ARIS – Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento. Professor substituto do Instituto Federal de Santa Catarina - curso de Agrimensura de 2009 e 2010, responsável pela cadeira de implantação de obras de infraestrutura. Sócio fundador da Motta Martins Engenharia atuando em estudos, criação, desenvolvimento e elaboração de empreendimentos no país, com ênfase no estado de Santa Catarina.

### **Willian Carlos Narzetti<sup>(4)</sup>**

Economista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com Pós Graduação em Gerenciamento de Projetos e Mestrado Profissional em Administração na Universidade do Estado de Santa Catarina (ESAG/UDESC). Sócio consultor da empresa Facilita Assessoria Econômica e Projetos; Gestor em instituições do Terceiro Setor; Conselheiro de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS.

### **Diego Pavam Ferreira<sup>(5)</sup>**

Graduando de Economia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Estagiário de Regulação da ARIS.

**Endereço<sup>(1)</sup>:** Rua Sabino Anísio da Silveira, 624 – Campeche – Florianópolis - SC - CEP: 88065-033 - Brasil - Tel: (48) 99721824 - e-mail: [danielnarzetti@gmail.com](mailto:danielnarzetti@gmail.com)

## **RESUMO**

Foram desenvolvidas as formulações necessárias para efeito de obter os resultados esperados para análise e a indicação dos fatores preponderantes para o estabelecimento de prioridades quanto ao apontamento dos caminhos para a tomada de decisão sobre a aplicação de critérios de avaliação da sustentabilidade econômico financeira da prestação de serviços em saneamento básico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Regulação econômica financeira, Indicador de Revisão tarifária, Custos, Desempenho, Classificação, Gestão de serviços.

## **INTRODUÇÃO**

As Agências Reguladoras para atender o seu papel de ente regulador, desenvolvem ferramentas de apoio à tomada de decisão, sejam para questões técnicas de engenharia, como acompanhamento de metas físicas dos Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB ou para metas econômico-financeiras. Estas ferramentas possibilitam acompanhar as eficiências técnico-operacionais da prestação dos serviços de saneamento básico e também permitir uma adequação das estruturas tarifárias necessárias, que podem apontar eventual desequilíbrio econômico-financeiro.



A lei federal 11.445/2007, dita Lei do Saneamento, traz em seus Artigos 29 a 39, definições e diretrizes para que os serviços de saneamento básico tenham a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança destes serviços. Ainda deixa claro, quanto à função social do saneamento e que este deve ter assegurado sua sustentabilidade econômica para garantir a boa prestação dos serviços públicos com tarifas módicas.

A partir de informações obtidas no SNIS, foi desenvolvida uma matriz de análise técnica, econômico financeira, que organiza as informações de custos, despesas, receitas e dados técnicos operacionais por município, aplicou-se a metodologia apresentada para calcular o indicador de equilíbrio econômico financeiro da prestação de serviço de saneamento básico.

## MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia apresenta uma avaliação econômica financeira com base nos resultados anuais e por ciclos de revisão tarifária dos serviços de saneamento básico prestados nos municípios. Identifica através de indicadores, desequilíbrios que apontem, em percentual, a relação da receita total com o custo total indicando a necessidade de uma revisão da tarifa praticada.

Desta forma têm-se uma ferramenta de uso rápido e dinâmico em que se pode realizar um diagnóstico da real situação da concessão de saneamento quanto a sua sustentabilidade econômica financeira através das informações disponibilizadas no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento- SNIS.

A despesa anual de serviço, é definida através da variável *Despesa Total dos Serviços - DTS*, pois demonstra o valor dispendido com a manutenção e operação. Por definição, acumula todas as despesas que compõe a prestação do serviço.

O custo total, além da DTS, incorpora também a remuneração dos investimentos realizados com recursos próprio e de terceiros, lembrando que, são incorporados aos custos apenas a remuneração dos investimentos realizados com recursos próprios e/ou de terceiros, assim como a depreciação. Os investimentos não onerosos ou a “fundo perdido” não deverão ser considerados na composição do custo total, componente este presente no arranjo que estima tarifa.

O custo do capital é computado na despesa total dos serviços, já a taxa de remuneração dos investimentos, toma-se como base o definido pelo Decreto Estadual Nº1.035/SC de 25 de janeiro de 2008, onde, entre outras deliberações, instituiu a faixa de remuneração sobre os investimentos reconhecidos em até 12%. A taxa de remuneração do capital quando não definida em contrato ou em Lei, deve ser definida com base na situação macroeconômica.

A metodologia é baseada nos conceitos já discutidos nas bibliografias do setor, bem como as determinações da legislação vigente disposta na Lei 11.445/2007. Precisamente, em seu Artigo 38, onde define as formas de revisão tarifária.

Com base nos custos, receitas, produtividade e investimentos, devem ser projetados custos futuros de operação e manutenções dos serviços prestados, assim como as receitas tarifárias. Esta última, bem como os investimentos, devem ter como base as projeções já definidas no Plano Municipal de Saneamento básico - PMSB.

Ainda, deve-se ter uma base de dados quanto ao mercado produtivo, ou seja, em saneamento é preciso atentar-se aos histogramas de consumo por faixas e categorias, conforme a tabela tarifária em vigor. Neste mercado produtivo, é possível trabalhar com as despesas e receitas por metro cúbico produzido, m<sup>3</sup> faturado, m<sup>3</sup> micromedido ou m<sup>3</sup> macromedido, a fim de apresentar parâmetros e indicadores de sustentabilidade financeira, correlacionados à realidade local e com os distintos consumidores. Ainda, as informações utilizadas e os resultados, devem ser confrontadas com os dados levantados nas fiscalizações realizadas pelas agências reguladoras, certificando assim as premissas consideradas.

A partir das informações disponíveis na base de dados do SNIS pode-se avaliar, para o período desejado, o equilíbrio econômico financeiro por município, que nessa metodologia é dado pela relação entre a receita total e o custo total ocorrido no período de referência.

Para atingir os resultados almejados, a seguir são apresentadas as definições e equações necessárias.

$$RT = AT \quad (1)$$

Onde:

**RT:** Receita Total (R\$/ano)

**AT:** Arrecadação Total - Valor anual efetivamente arrecadado de todas as receitas operacionais, diretamente nos caixas do prestador de serviços ou por meio de terceiros autorizados (bancos e outros), (R\$/ano).

$$CT = DTS + RCI \quad (2)$$

Onde:

**CT:** Custo Total (R\$/ano)

**DTS:** Despesas Totais com os Serviços (DTS): Valor anual total do conjunto das despesas realizadas para a prestação dos serviços, compreendendo Despesas de Exploração (DEX), Despesas com Juros e Encargos das Dívidas (incluindo as despesas decorrentes de variações monetárias e cambiais), Despesas com Depreciação, Amortização do Ativo Diferido e Provisão para Devedores Duvidosos, Despesas Fiscais ou Tributárias não Computadas na DEX, mas que compõem a DTS, além de Outras Despesas com os Serviços (R\$/ano).

**RCI:** Remuneração do Capital Investido (R\$/ano).

A revisão tarifária avalia os resultados acumulados, em uma série de anos, determinado por ciclos. Sendo assim, um ciclo deve apresentar sustentabilidade no funcionamento (índices de eficiência e de qualidade), no fluxo de caixa (índices econômicos e financeiros) e também na ampliação do atendimento (capacidade de desenvolvimento e manutenção).

Para aferir o equilíbrio econômico e financeiro, deve-se, a partir de uma avaliação crítica de produtividade, determinar as relações das receitas com as despesas mais a remuneração do capital investido – RCI. A taxa de remuneração de capital é dada por um coeficiente aqui denominado, Coeficiente de Remuneração de Capital Investido – CRCI. Adota-se, para fins de cálculo nesse estudo, uma taxa de remuneração de 12% ao ano, sendo a equação de cálculo da remuneração do capital investido apresentada a seguir:

$$RCI = CRCI \times (CIP + COI) \quad (3)$$

Onde:

**RCI:** Remuneração do Capital Investido (R\$/ano)

**CRCI:** Coeficiente de Remuneração do Capital Investido (%/ano)

**CIP:** Capital Investido pelo Prestador (R\$/ano)

**COI:** Capital Oneroso Investido (R\$/ano)

A taxa de equilíbrio financeiro no ano se dá pela relação entre a receita total e a soma das despesas totais com a remuneração do capital, uma vez que os valores de depreciações dos ativos já estão computados nas despesas totais. Para avaliar se a tarifa praticada no ano de referência proporciona equilíbrio ao fluxo de caixa, a equação geral de cálculo de equilíbrio econômico financeiro no ano é apresentada a seguir.

$$T_{\text{Equilíbrio}} = \left( \frac{RT_{\text{Total}}}{DTS + RCI} \right) - 1 \quad (4)$$

Onde:

**TxEquilíbrio**= Taxa de Equilíbrio financeiro (%)

**RTotal**= Receita Total (R\$/ano)

**DTS** = Despesa Total do Serviço (R\$/ano)

**RCI:** Remuneração do capital investido (R\$/ano)

O resultado obtido através do cálculo de avaliação da taxa de equilíbrio econômico financeiro demonstra percentualmente a relação do custo total com a receita total, indicando superávit, equilíbrio ou déficit.

Para avaliar a taxa de equilíbrio em um ciclo, utiliza-se então a equação 5, que representa o somatório dos resultados de caixa do ano um até o ano n. Deve-se entender que essa avaliação permite determinar o somatório dos resultados de cada exercício financeiro, não sendo recomendado sua aplicação para períodos maiores que quatro anos.

$$T_{xEquilíbrio\ n} = \sum_{t=1,n} \left( \left( \frac{R_{Total\ t}}{DTS_t + RCI_t} \right) \right) - 1 \quad (5)$$

Essa metodologia foi aplicada para avaliar os últimos quatro anos de concessão dos municípios catarinenses com base nas informações disponibilizadas pelo SNIS (2011-2014). Os resultados anuais serão apresentados a seguir, bem como os resultados acumulados no período denominado ciclo.

## PRIMEIRA ETAPA: CLASSIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS HISTÓRICOS

As informações do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são classificadas por município, por ano, por prestador de serviço, por natureza jurídica, por tipo de serviço, entre outras categorias. Ressalta-se a classificação por tipo de serviço: água, esgoto e água e esgoto, pois pode ter mais de um tipo de serviço por município, fato que ocorre quando há mais de um prestador no mesmo município. Sendo assim, os valores foram calculados em cada município, para cada tipo de serviço.

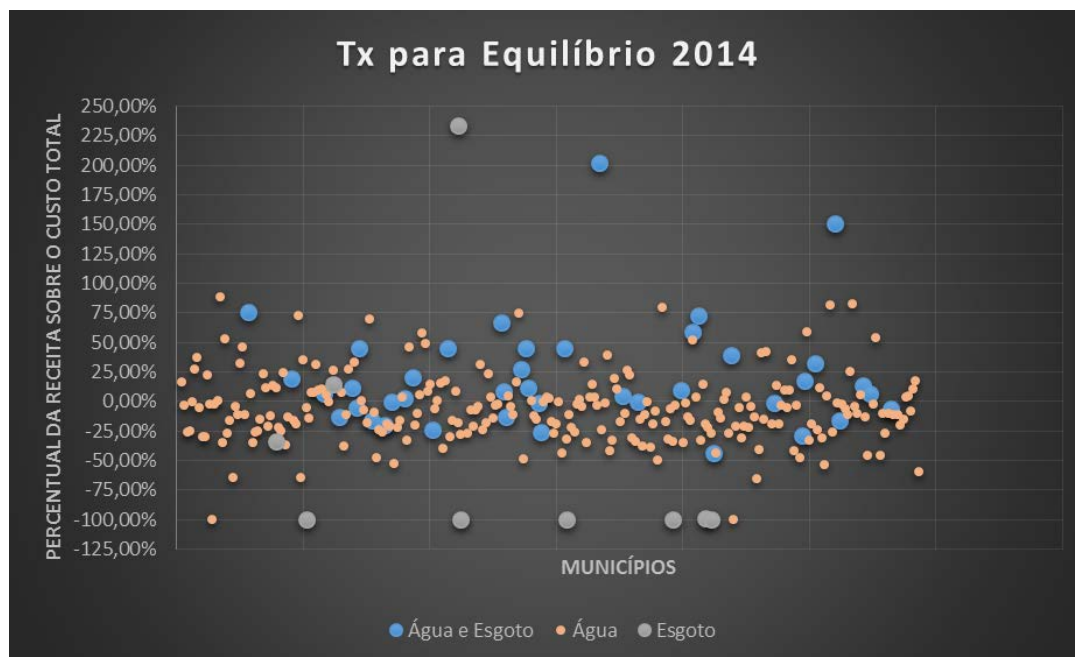
## RESULTADOS DA PRIMEIRA ETAPA

Santa Catarina possui hoje 295 municípios cadastrados no IBGE, destes, 293 foram analisados pois têm informações cadastradas no SNIS. Os resultados foram calculados para os anos de 2008 a 2014, considerando o tipo de serviço prestado. No ano de 2014, dos 246 municípios que oferecem o serviço de água apenas 86 deles foram superavitários, enquanto 160 apresentam déficit financeiro no ano. Essa situação também ocorre no serviço de esgoto, onde apenas dois dos nove municípios são superavitários. Na prestação de serviço conjunta de água e esgoto, a situação se mostra diferente, sendo que dos 40 municípios analisados, 25 são superavitários enquanto 15 são deficitários, como demonstrado na Tabela 1.

**Tabela 1: Relação de Municípios por taxa de equilíbrio financeiro em 2014.**

Taxa de equilíbrio financeiro	Água e Esgoto	Água	Esgoto
Maior que 0	25	86	2
Menor que 0	15	160	7
Não se aplica	253	47	284

Cada municípios apresneta uma realidade financeira distinta, a Figura 01 mostra o gráfico de dispersão da taxa de equilíbrio de cada município catarinense em 2014. Pode ser observado também a relação dos três tipos de serviços. Cada ponto representa, por tipo de serviço, um município.



**Figura 01 – Taxa de equilíbrio Econômico e Financeiro dos Municípios de Santa Catarina. Resultados com base nos dados SNIS 2014.**

Observa-se na Figura 01 o equadramento das informações apresentadas na Tabela 1. A relação entre a receita total e o custo total demonstra o resultado financeiro anual do serviço de saneamento prestado. O resultado deve sempre tender ao equilíbrio, sendo a tarifa o meio de correção da taxa de equilíbrio financeiro.

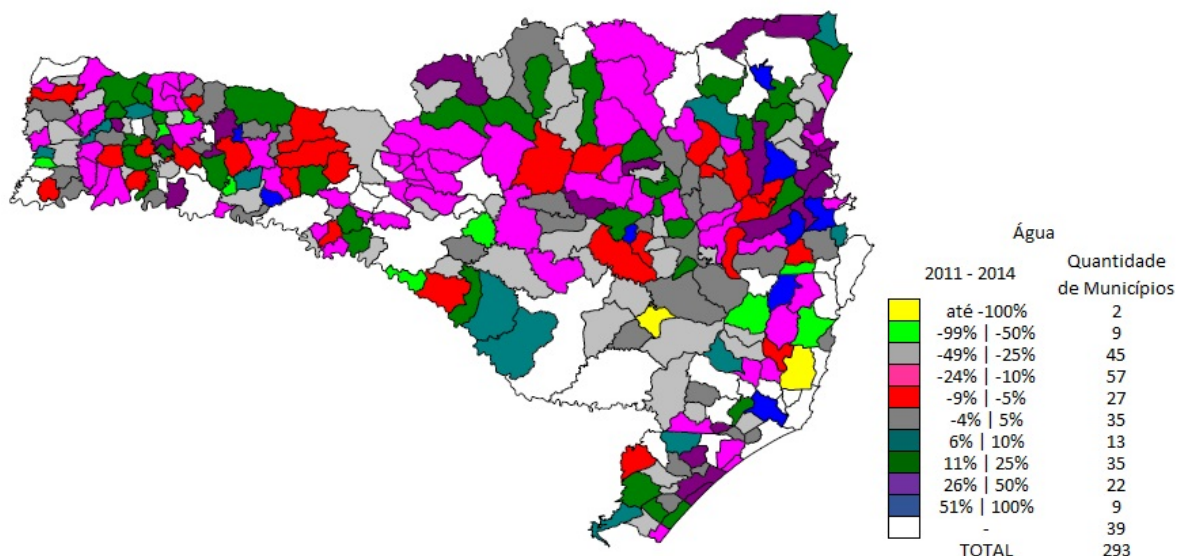
A situação financeira pode ser avaliada por períodos, denominados ciclos. Essa abordagem permite compensar ganhos e perdas exógenos, ou seja, mesmo que em um ano o resultado da taxa de equilíbrio seja negativo, em um conjunto de anos a média dos resultados pode ser positivo.

O período (ciclo) definido e utilizado nesse estudo, para avaliar a média da taxa de equilíbrio, foi de quatro anos, considerando os resultados ocorridos em 2011 a 2014.

A prestação de serviço de abastecimento de água, classificado no SNIS como tipo do serviço “água”, atende a maioria dos municípios catarinense, com menor proporções o atendimento com o serviço “água e esgoto” e com menor número os prestadores de serviço apenas de “esgoto”.

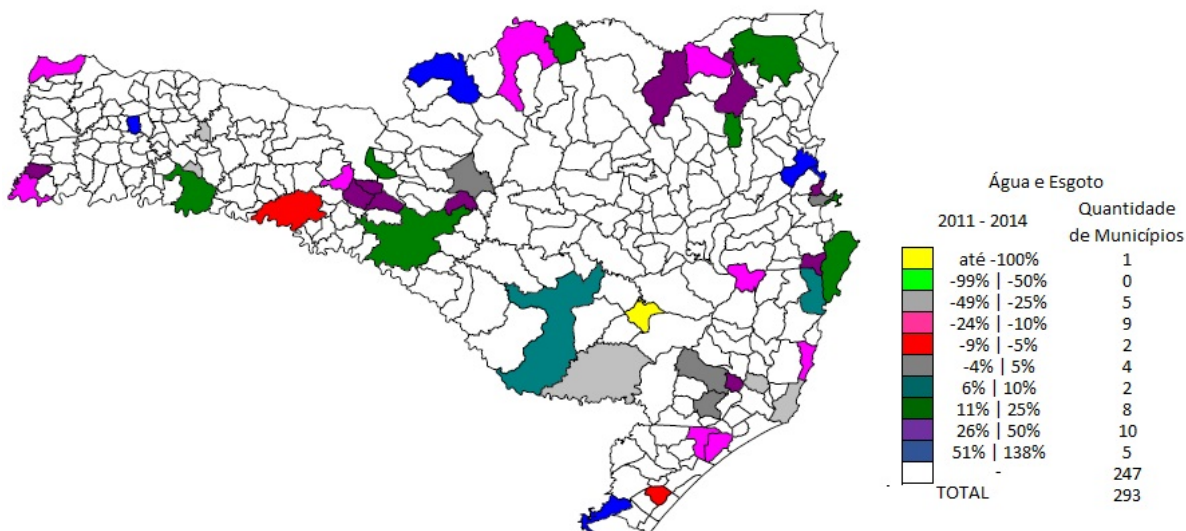
No período definido, o serviço de água apresenta resultados bastante variados no Estado, onde se identificam 138 municípios deficitários com receita menor que o custo, variando entre -5% a -100%, ou seja, há municípios onde o custo total é o dobro da receita arrecada. Considerando a faixa entre -4% e 5 %, denominada faixa de equilíbrio, encontram-se 36 municípios. Na faixa variando de 6% a 100% de receita maior que os custos, somam-se 79 municípios, considerados superavitários. A Figura 02, apresenta o mapa do Estado com a distribuição da taxa de equilíbrio de acordo com a situação de cada município no período definido.





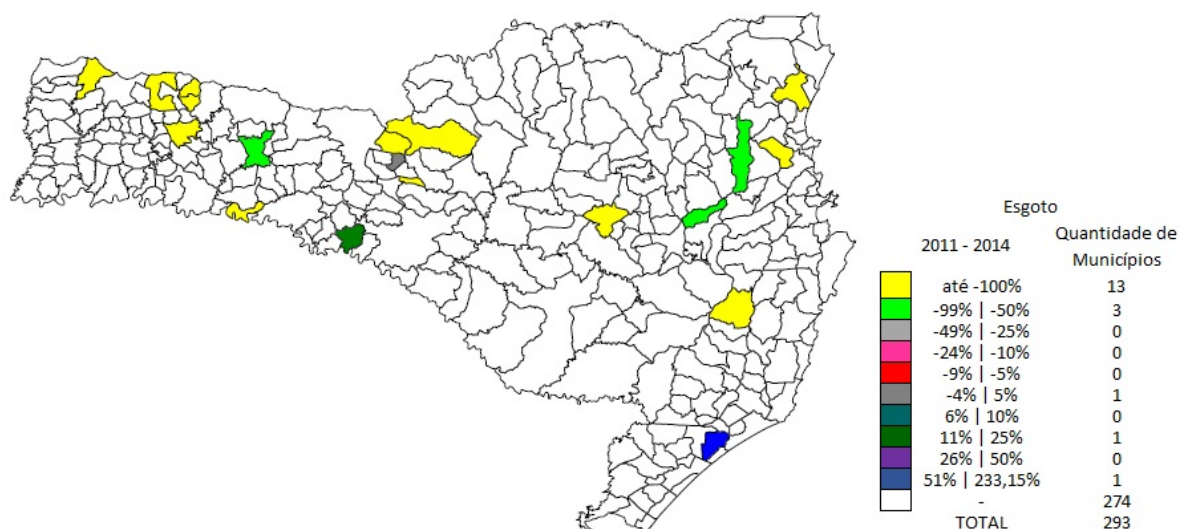
**Figura 02 – Taxa de equilíbrio Econômico e Financeiro dos Municípios de Santa Catarina, atendidos pelo serviço de água. Resultados com base nos dados SNIS (2011 – 2014)**

De um total de 46 os municípios atendidos pelo serviço de “água e esgoto” no Estado, 17 apresenta-se deficitários, com receita menor que o custo, variando entre -5% a -100%. Considerando a faixa entre -4% e 5 %, encontram-se apenas 4 municípios e os municípios superavitários somam 25, variando de 6% a 138% de receita maior que os custos. A distribuição geográfica pode ser observada na Figura 03.



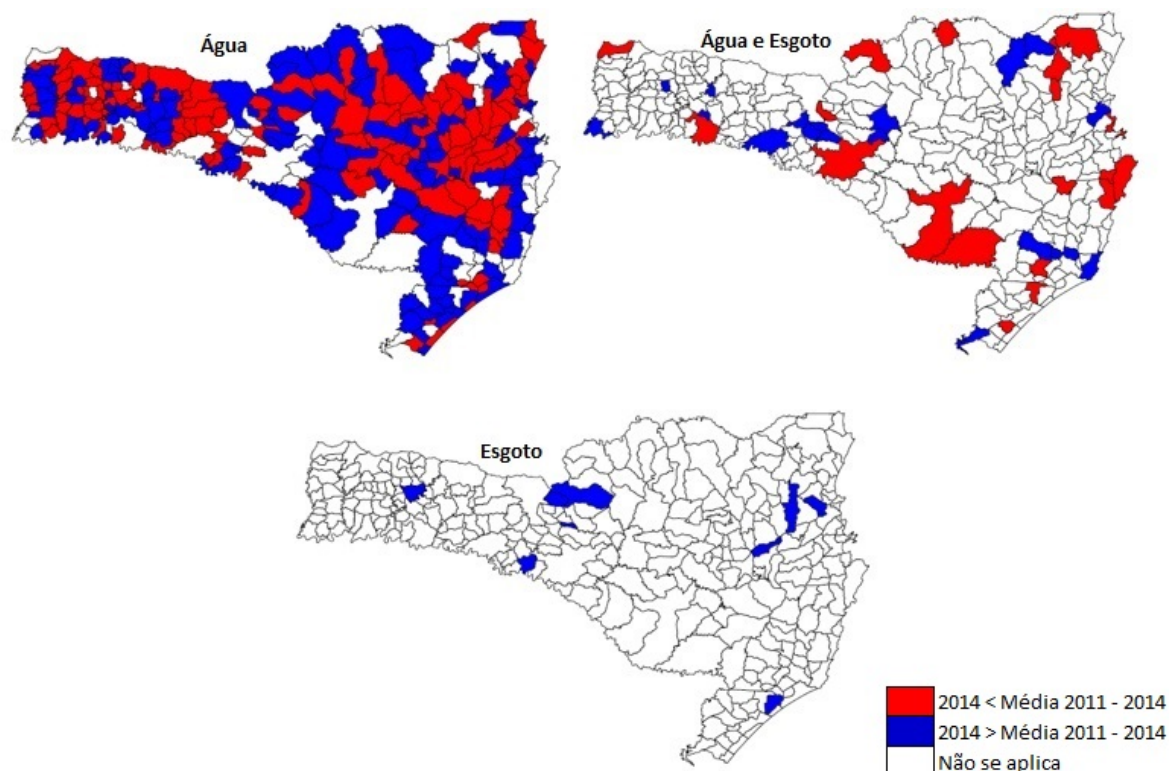
**Figura 03 – Taxa de equilíbrio Econômico e Financeiro dos Municípios de Santa Catarina, atendidos pelo serviço de água e de esgoto. Resultados com base nos dados SNIS (2011 – 2014)**

Os municípios atendidos pelo serviço individual de esgoto no Estado somam apenas 18, sendo 16 deficitários com receita menor que o custo variando entre -5% a -100%. Não há municípios na faixa entre -4% e 5 %, denominada faixa de equilíbrio e os municípios superavitários são apenas dois, variando de 6% a 233,15% de receita maior que os custos. A distribuição geográfica é apresentada na Figura 04.



**Figura 04 – Taxa de equilíbrio Econômico e Financeiro dos Municípios de Santa Catarina, atendidos pelo serviço de esgoto. Resultados com base nos dados SNIS (2011 – 2014)**

A fim de identificar a tendência da taxa de equilíbrio financeiro nos municípios, pode-se comparar o resultado ocorrido no ciclo (2011 – 2014) com o último resultado disponível (2014). Esta comparação permite avaliar se o ano analisado apresenta uma tendência positiva (recuperação) ou negativa (degeneração) da taxa de equilíbrio financeira. As tendências dos municípios catarinense são apresentadas na Figura 05.



**Figura 05 – Representação Espacial da Tendência da Taxa de equilíbrio Econômico e Financeiro dos Municípios de Santa Catarina. Resultados com base nos dados SNIS (2011 – 2014 e 2014)**

## SEGUNDA ETAPA: DEFAZAGEM REAL DA TARIFA PRATICADA

A tarifa praticada nos municípios catarinense são anualmente reajustadas por índices inflacionários diversos. Muitas vezes, não são avaliados critérios de sustentabilidade nem de previsão, acarretando em demandas extraordinárias que afetam diretamente a qualidade do serviço, o atendimento e sustentabilidade do sistema. A segunda etapa desse trabalho busca identificar algumas soluções para o desenvolvimento e sustentabilidade dos sistemas de saneamento básico (água e esgoto) nos municípios.

O serviço de saneamento é de responsabilidade pública, sendo a prestação concedida a empresas públicas (Estadual ou Municipal) ou privadas por períodos de concessão relativamente longos (30 anos), prazo esse que justifica os investimentos necessários e o tempo para recupera-los. Porém, o sistema de saneamento básico vive em constante ampliação e manutenção. A remuneração de todo esse custo se dá primordialmente através de tarifas, cobrada sobre o consumo de cada unidade consumidora.

O controle da produtividade é de extrema importância, assim como o monitoramento dos histogramas de consumo, que nos dias de hoje já podem ser observados por cada economia consumidora. Sendo assim, pode-se determinar a tarifa praticada por cada faixa de consumo e projetar as receitas de acordo com o histórico de consumo.

As informações sobre os histogramas de consumo, via de regra, não são dados de domínio público, entretanto, as informações sobre a produção são divulgadas, assim como as tarifas médias praticadas em cada município. Dessa maneira, pode-se identificar as taxas de reajuste ocorridas no período analisado.

A partir da média das tarifas praticadas no período e da taxa de equilíbrio calculada, será apresentado o valor de tarifa necessária, ou seja, a tarifa que cobre os custos ocorridos.

## RESULTADOS DA SEGUNDA ETAPA

A equação apresentada na Figura 06 para calcular a tarifa média praticada, atende as três modalidades de serviços de maneira equivalente, uma vez que só haverá soma de receitas e volumes quando o sistema for conjunto (água e esgoto).

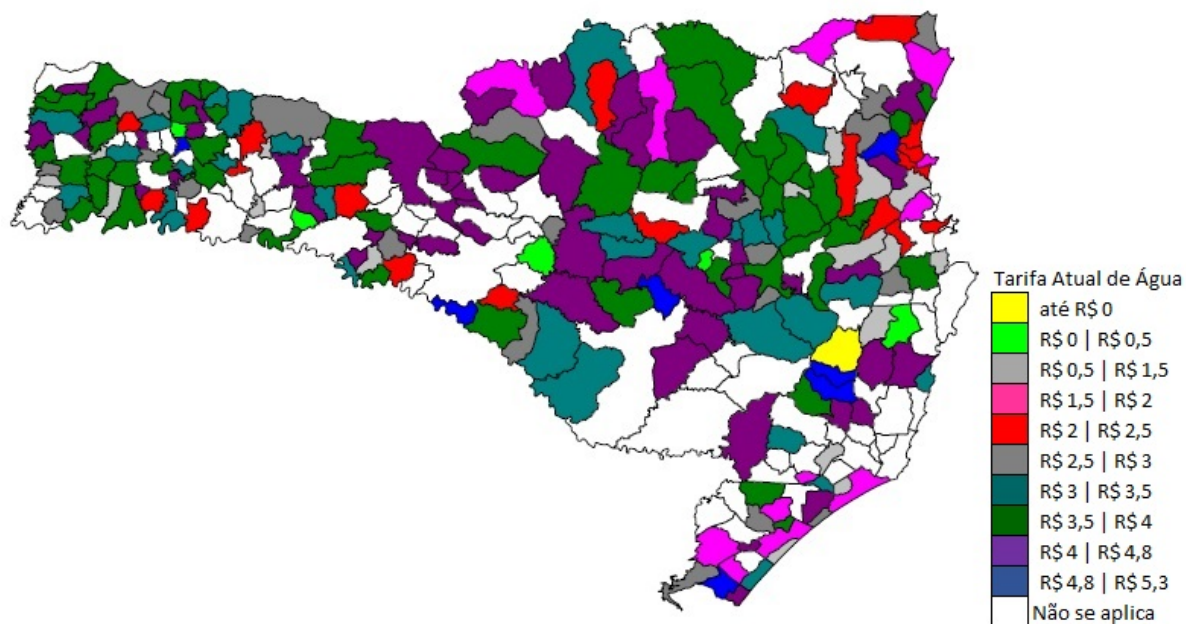
IN004 - Tarifa média praticada		
Forma de cálculo	Informações envolvidas	Unidade
$\frac{FN001}{AG011 + ES007} \times \frac{1}{1.000}$	AG011: Volume de água faturado ES007: Volume de esgotos faturado FN002: Receita operacional direta de água FN003: Receita operacional direta de esgoto FN007: Receita operacional direta de água exportada (bruta ou tratada) FN038: Receita operacional direta - esgoto bruto importado	R\$/m³
Comentários: FN001 = FN002 + FN003 + FN007 + FN038		

**Figura 06: Equação para Cálculo da Tarifa Média Praticada**

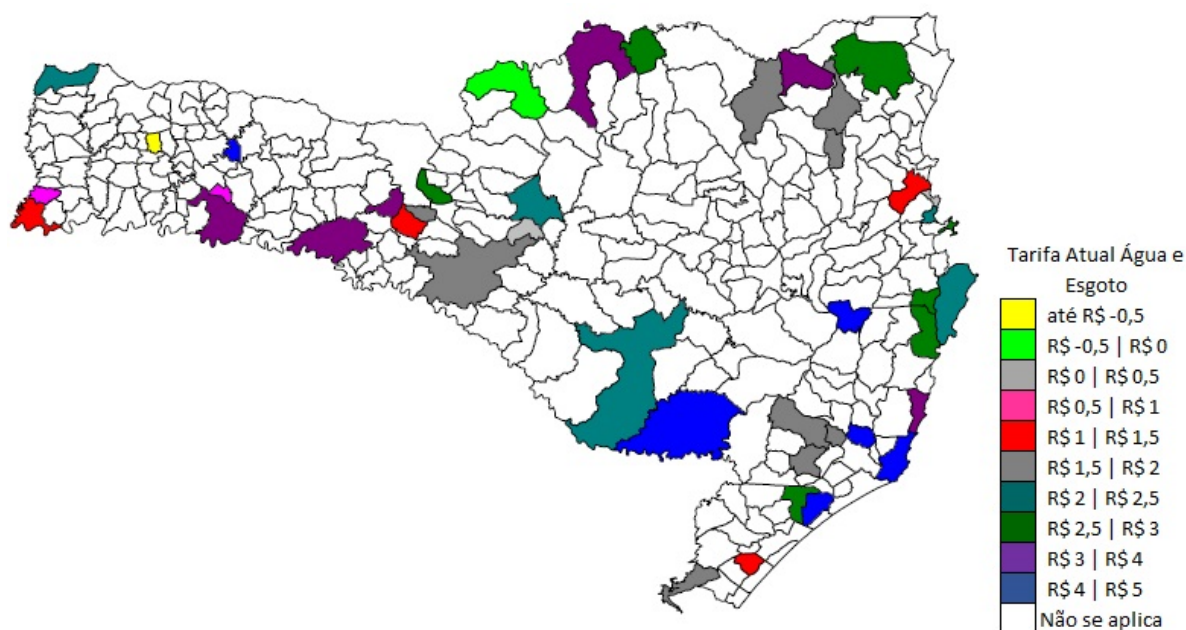
A partir das Tarifas médias praticadas no ano de 2014, foi aplicada a correção do valor pela taxa de equilíbrio obtida na análise do ciclo 2011-2014. O resultado dessa interação está apresentado espacialmente na Figura 07 para o serviço de água e na Figura 08 para o serviço de água e esgoto.

Com relação a aplicação para o sistema de esgotamento sanitário, os resultados estão apresentados na Tabela 02.





**Figura 07 – Atualização Tarifária Sistema de Água dos Municípios de Santa Catarina. Resultados com base nos dados SNIS (2011 – 2014)**



**Figura 08 – Atualização Tarifária Sistema de Água e Esgoto dos Municípios de Santa Catarina. Resultados com base nos dados SNIS (2011 – 2014)**

**Tabela 2: Atualização Tarifária Sistema de Esgoto.**

Municípios	Tx de Equilíbrio	Média Tarifa Praticada	Atualização da Tarifa
Blumenau	-54%	R\$ 3,04	R\$ 4,69
Capinzal	15%	R\$ 3,36	R\$ 2,87

## CONCLUSÕES

Analisando os resultados obtidos, podemos afirmar que a metodologia desenvolvida e aplicada, apresenta resultados satisfatórios, devendo-se atentar para o fato que trata-se de um indicador de avaliação de equilíbrio econômico financeiro.

Como já comentado, a análise destes resultados obtidos não permite definir valores para revisão tarifária, apenas indica sua necessidade. O processo de revisão tarifária deverá contar ainda, com outros mecanismos de avaliação, tais como: fator de eficiência, plano de investimentos e amortizações, avaliação de ativos na definição do valor de depreciação, entre outros. Essa análise pode ser auxiliada pela ferramenta de avaliação de desempenho dos indicadores de qualidade, produtividade e atendimento da prestação do serviço.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARIS – AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO - SC. Estudo para elaboração de revisões tarifárias em Samaes. Estudo de caso para o Samae de Jaraguá do Sul, 2014.
2. ARIS – AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO - SC. O papel do ente regulador e mecanismos para avaliação e controle da implementação de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) em Santa Catarina. ABAR, VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE REGULAÇÃO, Fortaleza, 2013.
3. ARIS – AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO - SC. Resoluções Normativas. Florianópolis, 2011. Disponível em: [www.aris.sc.gov.br](http://www.aris.sc.gov.br).
4. ARIS – AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO - SC. O papel do ente regulador na transformação de dados sobre o saneamento básico em informações para o usuário. ABAR, VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE REGULAÇÃO, Fortaleza, 2013.
5. BRASIL, MINISTÉRIO DAS CIDADES, Sistema Nacional de Informações de sobre Saneamento, 2016. Informações disponível - [www.snis.gov.br](http://www.snis.gov.br)
6. BRASIL. Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece a Política Federal de Saneamento Básico.
7. MARTINS, R. NARZETTI, D.A. ROCHA, C.L. Matriz tarifária para serviços prestados por instituições Municipais. ABAR, IX CONGRESSO BRASILEIRO DE REGULAÇÃO, Brasília, 2015.
8. NARZETTI, D.A. ROCHA, C.L. MARTINS, R. MOHEDANO, S. M. H. CARAMORI, M. Ferramenta de análise de índices operacionais, financeiros e de qualidade em saneamento básico para formulação de indicadores de apoio à regulação. ABAR, IX CONGRESSO BRASILEIRO DE REGULAÇÃO, Brasília, 2015.
9. SANDRIN, C.C. MARTINS, R. ROCHA, C.L. NARZETTI, D.A. Metodologia para avaliação de indicadores de desempenho de prestadores de serviços. ABAR, IX CONGRESSO BRASILEIRO DE REGULAÇÃO, Brasília, 2015.
10. SANTA CATARINA (Estado). Informações gerais sobre a ARIS. Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento Básico. Disponível em: [www.aris.sc.gov.br](http://www.aris.sc.gov.br).